

ESCOLA SECUNDÁRIA D. JOÃO II – SETÚBAL
Círculo Eleitoral de Setúbal

Projecto de Recomendação

Exposição de Motivos:

Tendo plena consciência de que o exercício livre e responsável da cidadania coloca aos cidadãos, parlamentos e governos dos países membros da União Europeia (UE) novos desafios, bem como às próprias instâncias políticas da União, considera-se que deve haver lugar a uma tomada de posição pública mais clara sobre duas áreas de intervenção prioritária. Assim:

1. A fim de tentar integrar plenamente os imigrantes que entram na UE e, simultaneamente, melhorar as condições de vida nos seus países de origem, dever-se-ia adoptar uma estratégia dupla:

1) Por um lado, desenvolver políticas que derrubem alguns dos obstáculos burocráticos que dificultam a integração. Assim, a nível da promoção e respeito pela diversidade linguística, propõe-se, a título opcional nos Ensinos Secundário e Superior públicos, o ensino e a aprendizagem, por exemplo, de uma destas três línguas: mandarim, árabe e russo. A nível da promoção e respeito pela diversidade étnico-cultural, em todos os níveis de ensino em que houver crianças e jovens de países parceiros, as Escolas ou Agrupamentos de Escolas deveriam implementar, também como opcional, o ensino e aprendizagem das expressões culturais significativas desses países: da música étnica à dança. Por fim, a nível do respeito pela diversidade religiosa dever-se-ia implementar o diálogo ecuménico entre representantes das grandes religiões, e entre estes e representantes do agnosticismo e do ateísmo, promovendo iniciativas conjuntas nas escolas públicas e, eventualmente, oferecer, como opcional a nível do Secundário e do Superior, a área da Filosofia da Religião, pois isso contribuiria para desenvolver o pensamento crítico que é um poderoso aliado da tolerância e um forte adversário das formas de pensamento fundamentalista.

2) Por outro lado, aumentar faseadamente, e dentro dos parâmetros aconselhados por organizações internacionais imparciais, a contribuição de uma pequena percentagem do PIB dos países da EU, de modo a desenvolver projectos de desenvolvimento sustentável nos países de origem de onde provém a maioria dos imigrantes. A razão para tal seria a seguinte: tentar fixar parte do fluxo de imigrantes nos seus países de origem, através do aumento da qualidade de vida nesses mesmos países. Desenvolver-se-iam, assim, mais projectos de cooperação em áreas tão sensíveis como a educação, a saúde e a investigação e aplicação de novas tecnologias, nomeadamente, ligadas às chamadas *energias verdes*.

Utilizando esta dupla estratégia conseguir-se-ia, ao mesmo tempo e provavelmente, integrar melhor os fluxos de imigrantes na UE, bem como contribuir para o aumento de bem-estar nos próprios países de origem. A longo prazo todos teríamos a ganhar. Para referir apenas uma parte do problema e das vantagens de uma solução deste tipo: é sabido que a propagação do pensamento e

das acções extremistas e a criminalidade em geral, encontram poderosos aliados em populações suburbanas discriminadas negativamente, locais de residência preferencial dos imigrantes. É plausível que jovens e adultos sujeitos a forte discriminação negativa, explorados como mão-de-obra barata ou caindo facilmente no desemprego na qualidade de imigrantes (muitos deles ilegais), são um dos alvos preferidos de divulgação de pensamento e acções extremistas, para já não falar na criminalidade comum. Quando o desespero e a revolta atingem estas pessoas, é nomeadamente a ameaça de constituição de células extremistas que ganha corpo. Inversamente, integrar plenamente imigrantes parece diminuir pelo menos algumas das principais causas de criminalidade, exploração e tráfico de seres humanos e, em última instância, fenómenos de propagação de pensamento e acções terroristas, para além de – não menos importante – dignificar o homem como pessoa de pleno direito.

Por todas estas razões, o desenvolvimento de medidas facilitadoras de uma melhor integração dos imigrantes e de fixação de populações nos países de origem, se torna tão essencial numa Europa e num Mundo Globalizado de e com Futuro.

2. É desejável um maior investimento em ciência, aumentando faseadamente a percentagem do PIB de cada país neste domínio, nomeadamente na investigação ligada às chamadas *energias verdes*, o que irá beneficiar os países que realmente souberem aproveitar este desafio, pois, por exemplo, a qualidade do ar (e não só) tenderá a aumentar localmente, embora o benefício seja extensivo à nossa casa comum – o planeta. Assim, ao aumentar o investimento público nestas áreas também se poderá, por efeito de arrastamento, aumentar o investimento privado, nomeadamente através de maiores incentivos dados às empresas e aos particulares, em termos de financiamento com juro privilegiado e incentivos fiscais ainda mais atraentes do que os actuais. Com isto visa reduzir-se os custos elevados em saúde pública (e mesmo económicos) que advêm e advirão da demasiada dependência das chamadas energias fósseis, se não for invertido o caminho que tem sido, em grande medida, seguido até hoje, com raras excepções, custos esses que são, nomeadamente, constatáveis no aumento de doenças do foro respiratório e alergológico, em geral.

Cada dia, cada vez mais gases poluentes são emitidos para a atmosfera através da utilização de energias fósseis, os quais são factores determinantes nas alterações climáticas (embora possam não ser os únicos), sendo o agravamento do aquecimento global talvez o tópico mais discutido.

Alternativas às energias fósseis são cada vez mais descobertas e consideradas como viáveis, mas no entanto poucas são realmente aplicadas. Perante o cenário do aquecimento global, entre outros efeitos fortemente adversos, é necessário reduzir a dependência energética e económica das energias fósseis, nomeadamente do petróleo e é neste ponto que a investigação científica e as tecnologias devem ser incrementadas e aplicadas, de forma a serem desenvolvidas alternativas energéticas que sejam viáveis a longo prazo e que não sejam pelo menos tão agressivas para a atmosfera e para o ambiente em geral, pois é o nosso presente e o nosso futuro, nomeadamente o das gerações vindouras que está em causa.

Das razões atrás expostas (em 1. e 2.), decorre a proposta das seguintes duas Medidas:

1. Com o propósito de tentar diminuir a taxa de imigrantes ilegais e evitar uma imigração descontrolada, assim como aumentar a qualidade de vida nos países de origem, estabelecer políticas facilitadoras de uma melhor integração, que visem o respeito e promoção pela diversidade linguística, étnico-cultural e religiosa dos imigrantes e que, simultaneamente, tentem fixar populações nos países de origem.

2. Maior investimento, em termos percentuais do PIB, na investigação científica e em novas aplicações tecnológicas na área das chamadas *energias verdes*, nomeadamente promovendo a utilização de energias renováveis em percentagem igual ou superior às energias fósseis, de modo a reduzir a percentagem de CO₂ e outros gases nefastos na atmosfera.

NOTA: Exposição de Motivos e Medidas – Total de 77 linhas